

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

Dezembro 2024

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Balanco Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Aos Administradores e Acionistas da
RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Curitiba – Paraná

Apresentamos a V. Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – Relatório do Auditor Independente;
- 2 – Balanço Patrimonial;
- 3 – Demonstração do Resultado;
- 4 – Demonstração do Resultado Abrangente;
- 5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e,
- 7 – Notas Explicativas.



RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A

Curitiba – PR

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

Julho 2025

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Limitação de Escopo – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis, a Companhia mantém registrado no Passivo Não Circulante, na rubrica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC”, saldo de R\$ 2.120 mil (mesmo saldo em 2023). Embora a movimentação financeira esteja suportada por comprovantes bancários, não foram apresentadas as atas de assembleia com as informações suficientes e adequadas para avaliarmos a natureza e a necessidade ou não de reclassificação ou manutenção do valor. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação do saldo em 31/12/2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades dos Auditores Independentes”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração da RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A é responsável por outras informações

que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança Sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de julho de 2025.

Atenciosamente,

DataSenior Auditores Independentes SS

CRC PR-009427/O-0

Hyellen dos Santos Bispo Martins

CRC PR 053849/O-2

Sócia – Responsável Técnica

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Balanco Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	97	106	Fornecedores	12	4	-
Impostos a recuperar	9	1	1	Obrigações com partes relacionadas	10	6	10
Adiantamento a Fornecedores		1	1	Total do passivo circulante		10	10
Total do ativo circulante		99	108				
NÃO-CIRCULANTE				NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Obrigações com partes relacionadas	10	-	1
Créditos com partes relacionadas	10	974	970	Adiantamento P/ Aumento Capital		2.120	2.120
Total do realizável a longo prazo		974	970	Total do Passivo Não-Circulante		2.120	2.121
Investimentos	11	32.010	75.571				
Total do ativo não-circulante		32.984	76.541	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		3.521	39.139
TOTAL DO ATIVO		33.083	76.649	Avaliação Patrimonial		8.954	7.076
				Reserva Legal		704	-
				Reserva de Lucros		17.774	11.673
				Lucros Acumulados		-	16.630
				Total do patrimônio líquido		30.953	74.518
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.083	76.649

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Demonstração do Resultado
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida		-	-
(-) Custos das mercadorias e serviços vendidos		-	-
Lucro bruto		-	-
<u>Despesas operacionais</u>			
Gerais e administrativas	14	(4)	(1)
Despesas tributárias		(4)	(1)
Equivalência patrimonial	15	10.384	13.238
Outras receitas e despesas	16	<u>(2.348)</u>	<u>598</u>
		8.028	13.834
Resultado antes dos efeitos financeiros		8.028	13.834
Resultado financeiro líquido	17	1	1
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.029	13.835
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido		-	-
Lucro líquido do Exercício		8.029	13.835
Lucro por lote de mil ações (R\$)		2,28	0,23

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Demonstração do Resultado Abrangente
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Detalhes	2024	2023
Lucro líquido do exercício	8.029	13.835
Outros resultados abrangentes	(51.594)	(6.168)
Resultado Abrangente Total	(43.565)	7.667

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.139	11.995	-	11.673	4.044	66.851
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	13.835	13.835
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(4.919)	-	-	-	(4.919)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(1.249)	(1.249)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39.139	7.076	-	11.673	16.630	74.518
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	8.029	8.029
Destinação Reservas de Lucros	-	-	-	24.659	(24.659)	-
Aumento de capital	15.862	-	-	(15.862)	-	-
Cisão Parcial	(51.480)	-	-	-	-	(51.480)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	1.878	-	(1.992)	-	(114)
Constituição Reserva Legal	-	-	704	(704)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.521	8.954	704	17.774	-	30.953

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Demonstração dos Fluxos de Caixas – Método Indireto
Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do Exercício	8.029	13.835
Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalencia patrimonial	(10.384)	(13.238)
Reversão Avaliação Patrimonial	-	4.918
	(2.355)	5.515
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Varição nos Fornecedores	4	(1)
Caixa líquido das atividades operacionais	4	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Crédito com partes relacionadas	(4)	(158)
Baixa de Investimentos	70.156	-
Reversão Reserva de Reavaliação	2.466	(6.168)
Aquisição de Investimentos	(18.676)	(13.587)
Efeitos de Variação Societária	-	10.874
Dividendos recebidos	-	1.399
Caixa líquido das atividades de investimentos	53.942	(7.640)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de Capital	15.862	-
Redução Reservas Lucro	(15.862)	-
Obrigações com partes relacionadas	(6)	-
Cisão Parcial	(51.480)	-
Adto Futuro Aumento de Capital	-	2.116
Realização de Reserva de Reavaliação	(114)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(51.600)	2.116
(Diminuição) aumento de caixa e de equivalentes de caixa	(9)	(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	106	115
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	97	106
(Diminuição) aumento de caixa e de equivalentes de caixa	(9)	(9)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01/03/2016 e com registro na Junta Comercial do Estado do Paraná (NIRE) 41.300.094.624, com sede e foro na Rua Visconde de Nacar, no 1441, CEP 80.410.-201, no Bairro Centro, Curitiba/PR, tendo como objeto social a participação e investimentos em outras empresas.

O Capital Social da sociedade foi inteiramente subscrito e integralizado, mediante a versão de parcela de patrimônio líquido da sociedade J. Malucelli Administração e Participação S/A, inscrita no CNPJ nº 77.803.385/0001-50, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Paraná (NIRE) sob o no 41.300.004.170.

O Grupo de empresas liderado pela holding Rio Sagrado Participações S/A é composto pelas seguintes empresas controladas diretas e indiretas:

- . JMalucelli Equipamentos S/A – CNPJ.: 95.424.321/0001-20
- . Incorporadora Comercial Morretes I Ltda– CNPJ.: 51.079.166/0001-86
- . JMalucelli Construções S/A – CNPJ.: 23.993.620/0001-74
- . Nhundiaquara Incorporações Ltda CNPJ.: 51.154.681/0001-83
- . Nova Itapema Urbanismo Ltda. CNPJ.: 09.247.734/0001-44 (controle indireto)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 25 de julho de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Declaração de concordância

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis, bem como com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes.

3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra

forma.

4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas.

5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC, requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto. Dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste.

6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias são calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos.

7. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos, como segue:

Classificação e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os empréstimos e financiamentos estão mensurados ao custo amortizado, qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros.

Desreconhecimento

(i) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada,

cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Detalhados na nota explicativa “8”, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

c. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

São demonstradas pelos custos de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais correspondentes até as datas dos balanços.

Referem-se a aplicações financeiras de liquidez em títulos de letras de tesouro, vinculadas a empréstimos obtidos com a finalidade de capital de giro, portanto, não classificadas em caixas e equivalentes, mas neste grupo específico.

d. Impostos a recuperar

Referem-se ao imposto de renda retido na fonte atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Serão recuperados na medida em que as operações gerarem débitos para sua compensação.

e. Créditos e Obrigações com Partes Relacionadas

Referem-se a contas-correntes mantidas com empresas ligadas, sem remuneração. Estão apresentados em detalhes na nota explicativa “10”.

f. Investimentos

i.1. Investimentos em Sociedades Controladas, Coligadas e sob Controle Comum

Os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas e sob controle comum, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Estão apresentados nas notas explicativa “11 - Investimentos”.

i.2. Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

g. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso.

Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

h. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Os ativos, demonstrados a valores de realização, são classificados como ativo circulante, quando sua recuperação ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, após as datas-bases dos balanços; caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

i. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando necessário.

j. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

São reconhecidos inicialmente pelos valores justos, líquidos dos custos incorridos nas transações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do

mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

São constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Quando relevantes, os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

m. Imposto de renda e contribuição social - corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

n. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

o. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os empréstimos e financiamentos contratados.

q. Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas foi reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
para os Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações

Detalhes	2024	2023
Caixa e Bancos	97	106
Total	97	106

9. Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar estão dispostos da seguinte forma:

Detalhes	2024	2023
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1
IRRF s/ Aplicação	1	-
Total	1	1
Circulante	1	1
Não circulante	-	-

10. Créditos e Obrigações com Partes Relacionadas

Os saldos relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e empresas ligadas ou pessoas físicas com e sem remuneração.

Créditos com Partes Relacionadas

	2024	2023
Pessoas Físicas Ligadas	960	962
Incorporadora Comercial Morretes	9	8
Sítio Grande Participações	2	-
Porto de Cima Participações	1	-
J6 Participações	2	-
	974	970
Circulante	-	-
Não Circulante	974	970

Obrigações com Partes Relacionadas

	2024	2023
JM Gerenciadora de Hotelaria	6	10
Outros	-	1
	6	11
Circulante	-	10
Não Circulante	6	1

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
para os Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

11. Investimentos em controladas e coligadas

A composição dos investimentos demonstra-se a seguir:

Investidas	2024	2023
JM Equipamentos	13.783	12.076
JM Hotéis e Turismo	-	12.396
JM Hotéis São Francisco	-	5.234
JM Pousada do Sol	-	4.107
JM Construções	2.790	19.064
JM Gerenciadora de Hotelaria	-	7.592
Incorporadora Comercial Morretes	4.076	3.867
Nhundiaquara Incorporações	11.361	11.235
Totais	32.010	75.571

Movimentação Controladora:

Investidas	Participação Societária	Saldo em 31/12/2023	Aquisição Investimentos	Resultado Equivalência	Redução		Saldo em 31/12/2024
					Investimento Cisão Parcial	Reversão de Reavaliação	
JM Equipamentos	51,00%	12.076	-	1.707	-	-	13.783
JM Hotéis e Turismo	98,38%	12.396	-	886	(10.841)	(2.442)	-
JM Hotéis São Francisco	99,99%	5.233	-	463	(5.673)	(24)	-
JM Pousada do Sol	98,38%	4.107	-	264	(4.370)	-	-
JM Construções	77,77%	19.064	-	2.401	(18.676)	-	2.790
JM Gerenciadora de Hotelaria	99,99%	7.592	-	3.871	(11.463)	-	-
Morretes Incorporadora	77,77%	-	15.052	457	(15.509)	-	-
Nhundiaquara Incorporações	93,24%	11.235	-	126	-	-	11.361
Incorporadora Comercial Morretes	100,00%	3.868	-	208	-	-	4.076
Barigui Imóveis	77,77%	-	3.624	-	(3.624)	-	-
Totais		75.571	18.676	10.384	(70.156)	(2.466)	32.010

12. Fornecedores

Detalhes	2024	2023
Fornecedores diversos	4	-
Total	4	-

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
para os Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, pertence inteiramente a acionistas brasileiros e seu valor na data-base do balanço era de R\$ 3.521.337, divididos em 3.521.337 ações ordinárias nominativas, sendo 120 ações ordinárias nominativas classes “A” e 3.521.217 ações classe “B”, todas sem valor nominal.

Cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais, ficando assegurado às ações Classe “A” o direito exclusivo de voto separado para: preenchimento dos cargos de Conselho de Administração da Companhia e; deliberação sobre a conversão de uma espécie ou classe de ações em outra.

Em outubro de 2024 a empresa teve aumento de capital social conforme 09ª AGE em 15.861.817,00 milhões, com 15.861.817 de novas ações, provêm de transferência de 10.000.000 de Reserva de Lucros e 5.861.817 de Lucros Acumulados.

Em novembro de 2024 a companhia sofreu Cisão parcial, ocasionando a redução do capital em 51.479.663 milhões, transferindo as cindendas Villa real 32.346.841 e Cacatu 19.132.822 milhões, conforme 10ª AGE e protocolo de Justificação.

Lucros acumulados

Do lucro líquido, quando existente, serão destinados 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social, 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo remanescente terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral com base na proposta da diretoria. Na hipótese de a reserva de lucros exceder o valor do capital social a Assembleia poderá deliberar sobre a aplicação do excedente.

Ajuste Valor Patrimonial

Refere-se ao ajuste reflexo decorrente das avaliações patrimoniais realizadas nas empresas coligadas, cujos aumentos patrimoniais foram realizados diretamente no patrimônio líquido das investidas, líquidos dos correspondentes reflexos fiscais.

14. Despesas gerais e administrativas

Estão representadas pelas seguintes naturezas:

Detalhes	2024	2023
Serviços prestados por terceiros	(3)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(1)	(1)
Totais	(4)	(1)

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
para os Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

15. Equivalência Patrimonial

Os resultados das equivalências patrimoniais estão compostos pelos seguintes investimentos:

	2024	2023
<u>Investida:</u>		
JM Equipamentos	1.707	2.748
JM Hotéis e Turismo	886	817
JM Hotéis São Francisco	463	(49)
JM Pousada do Sol	264	306
JM Construções	2.401	854
JM Gerenciadora de Hotelaria	3.871	4.931
Morretes Incorporadora	457	(8)
Nhundiaquara Incorporações	126	3.639
Incorporadora Comercial Morretes	208	-
	10.384	13.238
ATIVO - NOTA 11	10.384	

16. Outras Receitas e Despesas

	2024	2023
Resultado Variação Participação	-	598
Impostos e Taxas	4	-
Reversão de Reavaliação	(2.352)	-
	(2.348)	598

17. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro apurado pela Companhia discrimina-se como segue:

Detalhes	2024	2023
(+) Receitas		
Rendimentos com aplicações de liquidez	2	1
	2	1
(-) Despesas		
Outras despesas financeiras	(1)	-
	(1)	-
Resultado financeiro líquido	1	1

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
para os Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos na data base de encerramento do balanço eram os seguintes:

Por categoria

	2024	2023
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	97	106
Adiantamento a Fornecedores	1	1
Não Circulante		
Créditos com partes relacionadas	974	970
	1.072	1.077
Passivos financeiros		
Circulante		
Obrigações com fornecedores	4	-
Obrigações com partes relacionadas	6	10
Não Circulante		
Obrigações com partes relacionadas	-	1
AFAC - adiant. futuro aumento capital	2.120	2.120
	2.130	2.131

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

RIO SAGRADO PARTICIPAÇÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
para os Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

b. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

19. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos

apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia que apresenta exposição aos seguintes riscos:

(i) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.

(iv) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio: decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

Juarez José Malucelli
Diretor Presidente
CPF 027.711.369-53

Gabriel Malucelli
Diretor Vice Presidente
CPF 022.383.239-10

Valdecir Ferraz Machado
Contabilista
CRC/PR N° 025.494/O-4